

# Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

CNPJ nº 09.538.688/0001-32  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.633.416	1.290.081	Fornecedores	10	13.292.112	14.130.750
Recursos financeiros vinculados a projetos	5	28.299.688	11.474.143	Obrigações trabalhistas	11	26.562.188	27.820.732
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	1.727.866	1.621.371	Obrigações tributárias de terceiros	12	947.077	1.402.176
Estoques	7	6.714.364	3.845.966	Outras contas a pagar - partes relacionadas	13	2.183.000	2.983.000
Créditos diversos	8	1.397.315	703.000	Receita diferida	14	555.290	488.259
				Outras contas a pagar		311.891	23.287
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>41.772.649</b>	<b>18.934.561</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>43.851.558</b>	<b>46.848.204</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Depósitos judiciais		535.327	475.108	Provisão para demandas judiciais	15	16.513.586	9.773.301
Imobilizado	9	16.931.019	17.275.020	Outras contas a pagar - partes relacionadas	13	18.758.419	17.958.419
				Obrigações tributárias	12	-	311.755
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>17.466.346</b>	<b>17.750.128</b>	Subvenções de investimentos a realizar	16	347.369	1.856.724
				Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	17	11.245.192	13.709.825
<b>Total do ativo</b>		<b>59.238.995</b>	<b>36.684.689</b>	Receita diferida	14	-	488.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Déficits acumulados	Déficit do exercício	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>(57.481.873)</b>	<b>5.500.872</b>	<b>(51.981.001)</b>
Incorporação do superávit do ano anterior ao déficit acumulado (Déficit) do exercício	5.500.872	(5.500.872)	-
		(2.280.798)	(2.280.798)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(51.981.001)</b>	<b>(2.280.798)</b>	<b>(54.261.799)</b>
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado Superávit do exercício	(2.280.798)	2.280.798	-
		22.784.670	22.784.670
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(54.261.799)</b>	<b>22.784.670</b>	<b>(31.477.129)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas operacionais</b>			
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	19	244.932.061	236.199.473
Recursos dos contratos de gestão - Municipal	20	59.514.125	52.700.606
Recursos com convênio Federal	21	27.806.644	18.410.246
Receita com doações	22	13.977.502	4.200.301
Outras receitas	24	6.724.132	6.528.515
Receitas com gratuidades recebidas	23	410.483	535.682
		353.364.947	318.574.823
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	25	(293.720.292)	(284.558.787)
Utilidade pública	26	(7.163.026)	(7.732.148)
Serviços profissionais	27	(11.156.014)	(10.314.923)
Depreciações	9	(3.112.703)	(2.892.634)
Contingências	15	(8.586.135)	(7.383.767)
Despesas com gratuidades concedidas	23	(410.483)	(535.682)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	28	(7.068.983)	(8.240.195)
		(331.217.636)	(321.658.136)

<b>Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>22.147.312</b>	<b>(3.083.313)</b>
Despesas financeiras	29	(127.678)
Receitas financeiras	29	765.036
Receitas financeiras, líquidas	29	637.358
Superávit (déficit) do exercício	<b>22.784.670</b>	<b>(2.280.798)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>22.784.670</b>	<b>(2.280.798)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>22.784.670</b>	<b>(2.280.798)</b>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>22.784.670</b>	<b>(2.280.798)</b>
<b>Ajustes por:</b>		
Provisão para contingências	8.586.135	7.383.767
Depreciações	3.112.703	2.892.634
Doação de equipamentos médicos	(2.190.740)	-
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	1.724.480	-
<b>Variação de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos</b>	<b>(16.825.545)</b>	<b>954.017</b>
Recursos financeiros vinculados a projetos	(106.495)	(954.107)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(2.868.398)	(430.229)
Estoques	(694.315)	(187.328)
Créditos diversos	(60.219)	1.500.497
Depósitos judiciais	(838.638)	(155.451)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>	<b>(1.258.544)</b>	<b>1.707.001</b>
Fornecedores	(766.854)	(728.452)
Obrigações trabalhistas	(1.845.849)	(3.717.623)
Obrigações tributárias	288.604	1.741
Contingências pagas	(1.509.355)	1.731.448
Outras contas a pagar	(4.754.721)	(3.262.822)
Subvenções de Investimentos a Realizar	(421.229)	(394.370)
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado		
Receita diferida		
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>2.355.690</b>	<b>4.059.925</b>

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	2.290.089	3.422.589
Adições no imobilizado	(2.302.444)	(6.337.291)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(12.355)</b>	<b>(2.914.702)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de recursos com partes relacionadas	-	(400.000)
Captação de recursos com partes relacionadas	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(400.000)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.343.335</b>	<b>745.223</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.290.081	544.858
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.633.416</u>	<u>1.290.081</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.343.335</b>	<b>745.223</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável. Que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

	Anos
Obras preliminares e complementares - Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos Médicos	10
Máquinas e Equipamentos em Geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Redução ao valor recuperável** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **f. Obrigações trabalhistas** - Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **h. Provisão para demandas judiciais** - O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i. Subvenções governamentais** - Os recursos provenientes de subvenções e dos contratos de gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

**1 Contexto operacional - 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto")** - O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto" ou "IRSSL") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º). Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Impacto do COVID-19 nas operações** - A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social – o que fragilizou economias ao redor do globo. As nossas unidades são consideradas como serviço essencial, desta forma tomamos todas as medidas conforme orientação dos gestores públicos e mantivemos nossas operações, visto que estamos no rol de atividades prioritárias e de fundamental importância. Na nota explicativa nº 1.5 encontra-se a movimentação de numerários que recebemos para atendimento exclusivo de combate a pandemia. Não detectamos nenhum impacto de impairment no exercício por conta deste evento. **1.3 Imunidade Tributária** - O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **1.4 ("Unidades") Municipais e Estaduais gerenciadas pelo Instituto - 1.4.1 Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade")** - Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0003-02, localizada na Rua dos Ingleses, nº 258 - Bela Vista. Em 15 de outubro de 2008 foi celebrado Contrato de Gestão nº 013/2008-NTCSS-SMS com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2009, renovado mediante os seguintes termos aditivos nº 01/2020 de janeiro a março no montante de R\$ 14,7 milhões, nº 2/2020 para abril, nº 50/2020 para maio, nº 51/2020 para junho, nº 52/2020 para julho (custeio), nº 53/2020 para agosto, nº 54/2020 para setembro, nº 55/2020 para outubro, nº 57/2020 para novembro, cada um no montante de R\$ 4,9 milhões, totalizando R\$ 58,6 milhões. **1.4.2 Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Unidade")** - Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012, por 5 anos. Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº 001.0500.000.032/2016, que prevê a gestão a partir de 16 de dezembro de 2016 por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 701,6 milhões. O repasse de janeiro à dezembro de 2020 deste instrumento é de R\$ 158,7 milhões. Para 2021 o montante estimado é de R\$ 134,3 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2021. **1.4.3 Ambulatório Médico de Especialidades "Maria Cristina Cury" - AME Interlagos ("Unidade")** - Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0006-47, localizada na Rua Artur Nascimento Júnior, nº 120, Interlagos. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.070/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012 por 5 anos. Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº 001.0500.000.045/2016, que prevê a gestão a partir de 16 de dezembro de 2016 por 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 71,1 milhões. O repasse de janeiro a dezembro de 2020 deste instrumento é de R\$ 15,2 milhões. Para 2021 o montante estimado é de R\$ 12,8 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2021. **1.4.4 Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim ("Unidade")** - Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0008-09, localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001, Mogi Mirim. Em 2 de maio de 2012 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 2 de maio de 2015 por 5 anos. A partir de 1º de maio de 2017, foi celebrado o novo contrato de Gestão nº 001.0500.000.009/2017, com vigência de 5 anos, com o repasse global estimado em R\$ 29,4 milhões. O repasse de janeiro à dezembro de 2020 deste instrumento é de R\$ 6,9 milhões. Para 2021 o montante estimado é de R\$ 6,4 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2021. **1.4.5 Hospital Regional de Jundiá ("Unidade")** - Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0009-90, localizada na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiá. Em 11 de junho de 2014 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.025/2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. Renovado por mais 5 anos conforme contrato de Gestão nº 30889/2019 a partir da data de 01 de junho de 2019. O montante repassado em 2020 deste contrato foi de 62,3 milhões conforme Termo de aditamento 01/2020. Para 2021 o montante estimado é de R\$ 58,3 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2021. **1.5 Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês** - O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2020 com superávit de R\$ 22,7 milhões frente ao prejuízo de R\$ 2,3 milhões em 2019, reduzindo o passivo à descoberto de R\$ 54,3 milhões para R\$ 31,4 milhões. O passivo circulante excede ao ativo circulante em apenas R\$ 2,1 milhões (R\$ 27,9 milhões negativo em 2019). Importante ressaltar que o Instituto possui R\$ 20,9 milhões de contas a pagar a partes relacionadas e R\$ 16,5 milhões de provisões para contingências perfazendo R\$ 37,5 milhões que não representam uma necessidade imediata e de curto prazo de

**(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

caixa para liquidação dessas obrigações. Isso demonstra a capacidade da Instituição em gerar resultados positivos e a forte tendência de reversão do histórico de prejuízos acumulados. As unidades administradas pelo Instituto, são distintas em suas características de atuação, e vão de unidade de reabilitação a hospital geral com pronto socorro de porta aberta para atendimento. Nesse sentido, a administração executiva do Instituto concentra esforços nas boas práticas administrativas, na readequação de processos e no controle de custo aperfeiçoamento de metodologias de gestão de modo que o reflexo dessas ações se transforme em maior qualidade na assistência aos pacientes com melhor gestão dos recursos disponibilizados. O superávit do ano de 2020 foi gerado essencialmente por questões pontuais como doações recebidas destinadas ao combate da pandemia, redução nas atividades ambulatoriais, diagnósticas e cirúrgicas, geradas pela crise causada pela pandemia de Covid-19 no decorrer do ano, além dos esforços da administração das unidades no intuito de obter controle de despesas e melhoria operacional. Essas ações trouxeram fôlego e garantiram resultados operacionais importantes para o IRSSL. Assim, percebe-se um equilíbrio operacional das unidades e faz-se necessário manter o propósito de geração de resultado operacional positivo para os próximos anos, visando recuperação gradativa do Patrimônio Líquido negativo nas unidades HGG e AME e manutenção dos valores positivos nas demais unidades. **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas - a. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 30 de março de 2021. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 15). **Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 30 - Instrumentos financeiros - **d. Base de preparação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3 Principais práticas contábeis** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa** - Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento. Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **b. Recursos vinculados a projetos** - Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa somente os recursos não vinculados a projetos. **c. Estoques** - Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido a depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. **Custos subsequentes** - Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confi-

**Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês**

Municipal da Saúde, são registrados em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamentais, na seguinte forma: **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrado na rubrica "Subvenções de investimentos à realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **k. Apuração do resultado do exercício** - Em atendimento ao disposto no item 08 da ITG 2002 (R1), informamos que as receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês à competência. **I. Receitas com trabalhos voluntários** - As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. (Alterado pela ITG 2002 (R1)). **m. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O recurso a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(f) Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2020 e 2019 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA -

instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento** - O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil ex-

tinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **n. Arrendamentos** - O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2020, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC 06 (R2). **o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Instituto não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue: (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16). (c) Outras Normas: Não se espera também que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). - IFRS 17 Contratos de Seguros.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	7.397	6.178
Aplicações financeiras	3.626.019	1.283.903
	<b>3.633.416</b>	<b>1.290.081</b>

Os recursos financeiros apresentados nesta rubrica, tratam-se de recursos próprios do Instituto, classificados como "sem restrição", com remuneração principalmente de Fundos de Investimentos por cotas que rendem juros que variam de 82% a 44% do CDI (em 2020 a remuneração ficou em 82% a 44% do CDI). Quanto aos recursos de projetos e contratos de gestão, específicos, são apresentados na rubrica de "recursos vinculados a projetos". Vide nota explicativa nº 5.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	11.974	156.282
Aplicações financeiras	28.287.714	11.317.861
	<b>28.299.688</b>	<b>11.474.143</b>

Em atendimento ao item 27, (e) da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, apresentamos abaixo os saldos dos contratos de gestão classificados como "com restrição".

Unidades	Caixas e bancos	Aplicações financeiras	31/12/2020	Caixas e bancos	Aplicações financeiras	31/12/2019
Lucy Montoro Mogi Mirim	1.946	797.853	799.799	-	174.147	174.147
AME Interlagos	1.724	493.504	495.228	774	918.138	918.912
Hospital Regional de Jundiá	3.825	5.687.367	5.691.192	3.000	4.095.570	4.098.570
Hospital Geral do Grajaú	1.445	5.225.533	5.226.978	151.452	2.162.839	2.314.291
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	3.034	16.083.457	16.086.491	1.056	3.967.167	3.968.223
	<b>11.974</b>	<b>28.287.714</b>	<b>28.299.688</b>	<b>156.282</b>	<b>11.317.861</b>	<b>11.474.143</b>

Os recursos financeiros apresentados nesta rubrica, referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2019 a remuneração ficou 82% a 94% do CDI).

6 Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	
	31/12/2020
Hospital Municipal Infantil M. Jesus - convênio Federal	1.513.029
Hospital Sírio-Libanês	-
Hospital Geral do Grajaú	108.366
Outras contas a receber (a)	106.471
	<b>1.727.866</b>

(a) Trata-se de valores a receber do Projeto Fundação Lia Maria de Aguiar com o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com prestação de serviço relacionados ao desenvolvimento de plano de gestão de serviços da saúde, atividades de capacitação e consultoria para apoio da "FLMA" nas fases de implantação da unidade laboratorial a ser construída em Campos do Jordão/SP, conforme contrato firmado em 1º de abril de 2019. As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber		Recursos		Recursos		Recursos	
	31/12/2019	31/12/2020	Recebíveis - Custeio	Recebíveis - Investimentos	Recebíveis - Matriz	Recebíveis - Custeio	Recebíveis - Investimentos	31/12/2020
Lucy Montoro - Mogi Mirim	-	6.930.000	-	-	-	(6.930.000)	-	-
Amb. de Especialidades AME Interlagos	-	15.074.905	-	-	-	(15.074.905)	-	-
Hospital Regional de Jundiá	-	62.251.610	-	-	-	(62.251.610)	-	-
Hospital Geral do Grajaú	-	158.629.320	108.366	-	-	(158.629.320)	108.366	-
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	-	58.640.004	120.000	-	-	(58.760.004)	-	-
Hospital Menino Jesus - convênio Federal	1.585.371	27.806.644	-	-	-	(27.878.986)	1.513.029	-
	<b>1.585.371</b>	<b>329.437.073</b>	<b>228.366</b>			<b>(329.737.781)</b>	<b>1.621.395</b>	
Hospital Sírio-Libanês	-	-	-	5.400.000	-	(5.400.000)	-	-
Outros contas a receber	36.000	-	-	286.471	-	(216.000)	106.471	-
	<b>1.621.371</b>	<b>329.437.073</b>	<b>228.366</b>	<b>5.794.837</b>		<b>(335.353.781)</b>	<b>1,727,866</b>	

Unidades	Recursos a receber		Recursos		Recursos		Recursos	
	31/12/2018	31/12/2019	Recebíveis - Custeio	Recebíveis - Investimentos	Recebíveis - Matriz	Recebíveis - Custeio	Recebíveis - Investimentos	31/12/2019
Lucy Montoro - Mogi Mirim	-	6.455.000	-	-	-	(6.455.000)	-	-
Amb. de Especialidades AME Interlagos	-	14.055.252	-	822.463	-	(14.055.252)	(822.463)	-
Hospital Regional de Jundiá	-	60.581.400	-	-	-	(60.581.400)	-	-
Hospital Geral do Grajaú	22.103	152.853.000	586.400	-	-	(152.875.103)	(586.400)	-
Hospital Municipal Infantil M. Jesus	-	51.920.000	1.197.391	-	-	(51.920.000)	(1.197.391)	-
Hospital Menino Jesus - convênio Federal	-	18.410.246	-	-	-	(16.824.876)	-	1.585.371
Hospital Sírio-Libanês	645.161	-	-	4.689.908	-	(5.299.069)	-	36.000
	<b>667.264</b>	<b>304.274.898</b>	<b>2.606.254</b>	<b>4.689.908</b>	<b>(308.010.700)</b>	<b>(2.606.254)</b>	<b>1,621,371</b>	

Unidades	7 Estoques		Veículos		Software e hardware		Total custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem (a)	5.440.059	2.460.921	-	-	1.642.052	32.531	4.493.184	38.264.911
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	1.274.305	1.385.045	31.300	-	35.044.252	(4.493.184)	1.732.525	38.264.911
	<b>6.714.364</b>	<b>3.845.966</b>	<b>31.300</b>	<b>-</b>	<b>1,642,052</b>	<b>32,531</b>	<b>4,493,184</b>	<b>38,264,911</b>

(a) O aumento significativo nessa linha se deu, principalmente, pelo aumento de demanda e necessidade de aquisição de materiais e suprimentos para atendimentos relacionados ao COVID-19.

Unidades	8 Créditos diversos		Veículos		Software e hardware		Total depreciação	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a funcionários (a)	1.012.787	595.909	31.300	-	1.475.015	(42.017)	1,727,020	1,727,020
Despesas a apropriar (b)	384.528	107.091	31.300	-	(18.229.232)	(3.112.703)	17.275.020	17,275,020
	<b>1,397,315</b>	<b>703,000</b>	<b>31,300</b>	<b>-</b>	<b>1,475,015</b>	<b>(42,017)</b>	<b>17,275,020</b>	<b>17,275,020</b>

(a) Em virtude dos reflexos da pandemia do Covid-19, houve um maior volume de concessões de férias aos colaboradores do Instituto no exercício de 2020. (b) Em 2020, o Instituto adquiriu programas de anti-vírus para as unidades, com pagamento a apropriar até o término do exercício.

Unidades	9 Imobilizado		Depreciação		Saldo em	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Instalações	6.899.065	3.767.157	3.767.157	4.180.035	-	6.899.065
Móveis e utensílios	4.420.121	1.930.928	2.379.545	2.379.545	-	4.420.121
Máquinas e equipamentos médicos	23.418.865	10.098.439	8.672.327	8.672.327	-	23.418.865
Máquinas e equipamentos em geral	1.855.243	1.010.995	1.876.076	1.876.076	-	1.855.243
Veículos	31.300	-	-	-	31.300	31.300
Software e hardware	1.640.317	123.500	167.037	167.037	-	1,640,317
	<b>38.264.911</b>	<b>16.931.019</b>	<b>17.275.020</b>	<b>17,275,020</b>	<b>16,931,019</b>	<b>38,264,911</b>

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	10 Fornecedores		Saldo em	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Instalações	6.899.065	-	6.899.065	-
Móveis e utensílios	4.489.233	117.811	(186.923)	4.420.121
Máquinas e equipamentos médicos (a)	19.925.154	4.197.473	(703.762)	23.418.865
Máquinas e equipamentos em geral	2.517.448	145.369	(807.574)	1.855.243

Custo	10 Fornecedores		Saldo em	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Instalações	3.839.289	3.059.776	-	6.899.065
Móveis e utensílios	3.547.127	1.013.753	(71.647)	4.489.233
Máquinas e equipamentos médicos	19.925.943	847.807	(848.596)	19.925.154
Máquinas e equipamentos em geral	998.905	1.556.465	(37.922)	2.517.448
Veículos	-	31.300	-	31.300
Software e hardware	1.664.433	68.549	(90.930)	1,642,052
	<b>29.975.697</b>	<b>6.577.650</b>	<b>(1,049,095)</b>	<b>35,504,252</b>

Custo	10 Fornecedores		Saldo em	
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Instalações	3.839.289	3.059.776	-	6.899.065
Móveis e utensílios	3.547.127	1.013.753	(71.647)	4.489.233
Máquinas e equipamentos médicos	19.925.943	847.807	(848.596)	19.925.154
Máquinas e equipamentos em geral	998.905	1.556.465	(37.922)	2.517.448
Veículos	-	31.300	-	31.300
Software e hardware	1.664.433	68.549	(90.930)	1,642,052
	<b>29,975,697</b>	<b>6,577,650</b>	<b>(1,049,095)</b>	<b>35,504,252</b>

(a) Dentre essas adições de imobilizado, o montante de R\$ 2.190.740 foi recebido como doação, sendo parte substancial no montante de R\$ 1.809.056 referente à Respiradores Pulmonares para auxiliar nos atendimentos de casos de Covid-19 para as Unidades do Grajaú e Jundiá.

Fornecedores	31/12/2020		31/12/2019	
Fornecedores nacionais	13.292.112	14.130.750		

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:		
	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos	-	718.838
A vencer até 30 dias	13.292.112	12.620.235
A vencer de 31 a 180 dias	-	791.677
	<b>13,292,112</b>	<b>14,130,750</b>

11 Obrigações trabalhistas		
	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para férias e encargos sobre férias	14.132.606	14.255.461
Salários e ordenados a pagar	7.936.414	8.945.792
Contribuições e encargos sociais	4.493.168	4.619.479
	<b>26,562,188</b>	<b>27,820,732</b>

12 Obrigações tributárias de terceiros		
	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e taxas municipais parceladas (i)	320.298	1.059.969
PIS / COFINS / CSLL	393.539	393.043
INSS pessoa jurídica	135.265	151.062
ISS	26.535	29.560
IRRF	71.440	80.297
	<b>947,077</b>	<b>1,713,931</b>

## Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês

reforma. O Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" ("Unidade"), também recebeu da Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio-Libanês, o valor de R\$ 2.061 milhões em 2019. Em 2020, nenhuma das unidades ou Matriz recebeu outras doações da Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio-Libanês, além das citadas acima.

## 14 Receita diferida

	31/12/2020	31/12/2019
Acordo comercial com instituição financeira	<u>555.290</u>	<u>976.519</u>
Circulante	555.290	488.259
Não circulante	-	488.260

Em 5 de abril de 2016 o Instituto firmou contrato junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. para prestação de serviços exclusivos aos funcionários do Instituto, no montante de R\$ 2.627.537, vigência de 69 meses e reconhecimento mensal no resultado.

## 15 Provisão para demandas judiciais

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para demandas judiciais	<u>16.513.586</u>	<u>9.773.301</u>

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões civis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	2020				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Paga-mentos	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	2.947.275	3.828.911	(647.814)	(1.261.872)	4.866.501
Cíveis (a)	<u>6.826.026</u>	<u>5.651.320</u>	<u>(246.282)</u>	<u>(583.978)</u>	<u>11.647.086</u>
	<u>9.773.301</u>	<u>9.480.231</u>	<u>(894.096)</u>	<u>(1.845.850)</u>	<u>16.513.587</u>

  

	2019				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Paga-mentos	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	3.214.455	3.061.923	(726.536)	(2.602.567)	2.947.275
Cíveis	<u>2.892.702</u>	<u>5.076.060</u>	<u>(27.680)</u>	<u>(1.115.056)</u>	<u>6.826.026</u>
	<u>6.107.157</u>	<u>8.137.983</u>	<u>(754.216)</u>	<u>(3.717.623)</u>	<u>9.773.301</u>

(a) As principais adições de processos de natureza cível provisionados para este exercício referem-se a processos classificados como provável em 2019 que tiveram mudança de risco para provável em 2020. Tais processos têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros. O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos em 31 de dezembro de 2020 são referentes à área trabalhista no montante de R\$ 1.052.543 (R\$ 2.676.650 em 2019). Para a área cível não houve processos em 2020 (R\$ 3.195.288 em 2019), apenas mudança de risco possível para provável do montante total de de R\$ 3.195.288 para 2020. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Em 2020, o Instituto em conjunto com seus assessores jurídicos revisaram as contingências classificadas com risco de perda possível. Nessa avaliação foi identificada a necessidade de reclassificação, de causas trabalhistas onde os pedidos de indenização versam sobre vários temas sendo que cada tema possui um nível diferenciado de risco e cíveis que versam sobre erros médicos e de diagnósticos. Com isso, o montante de causas com risco possível foi sensivelmente reduzido porém com forte incremento nas causas com risco provável.

## 16 Subvenções de investimentos a realizar

	31/12/2020	31/12/2019
Subvenção de investimentos a realizar	<u>347.369</u>	<u>1.856.724</u>

	2020			Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Recebimento de recursos	Consumo	Saldo em 31/12/2020
Subvenção de investimentos a realizar	1.856.724	228.367	(1.737.722)	347.369

	2019			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Recebimento de recursos	Consumo	Saldo em 31/12/2020
Subvenção de investimentos a realizar	125.276	2.606.254	(874.806)	1.856.724

As subvenções acima discriminadas referem-se aos repasses financeiros estipulados em contratos de gestão oriundos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades, vide nota explicativa nº 6.

## 17 Subvenção de bens a apropriar - imobilizado

	31/12/2020	31/12/2019
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	<u>11.245.192</u>	<u>13.709.825</u>

	2020				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2020
Lucy Montoro	558.991	-	-	(128.806)	438.981
Amb. Médico de Especialidades AME Interlagos	586.805	730.203	(24.440)	(227.042)	1.065.526
Hospital Regional de Jundiá	4.563.703	104.590	-	(954.383)	3.713.910
Hospital Geral do Grajaú	4.692.855	1.245.120	(765.821)	(811.826)	4.360.328
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	3.307.471	201.379	(944.459)	(897.944)	1.666.447
	<u>13.709.825</u>	<u>2.290.089</u>	<u>(1.734.720)</u>	<u>(3.020.001)</u>	<u>11.245.192</u>

	2019				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2019
Lucy Montoro	683.311	-	-	(124.320)	558.991
Amb. Médico de Especialidades AME Interlagos	734.259	36.735	(23.691)	(160.498)	586.805
Hospital Regional de Jundiá	5.660.831	10.813	(151.457)	(956.484)	4.563.703
Hospital Geral do Grajaú	3.985.323	1.753.050	(17.934)	(1.027.584)	4.692.855
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus	2.486.334	1.621.991	-	(800.854)	3.307.471
	<u>13.550.058</u>	<u>3.422.589</u>	<u>(193.082)</u>	<u>(3.069.740)</u>	<u>13.709.825</u>

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 9 e 16. 18 Patrimônio Líquido - Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

## 19 Recursos dos contratos de gestão - convênio Estadual

	31/12/2020	31/12/2019
Contrato de Gestão Hospital Geral do Grajaú	158.629.320	152.852.582
Contrato de Gestão Hospital Regional de Jundiá	62.251.610	60.570.587
Contrato de Gestão Amb. Médico de Especialidades AME Interlagos	15.074.905	14.052.849
Contrato de Gestão Lucy Montoro Mogi Mirim	6.930.000	6.455.000
Receitas com Subvenção de Imobilizado	<u>2.046.226</u>	<u>2.268.455</u>
	<u>244.932.061</u>	<u>236.199.473</u>

As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das

atividades nas unidades com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 6

## 20 Recursos dos contratos de gestão - convênio Municipal

	31/12/2020	31/12/2019
Contrato de Gestão Hospital Infantil Menino Jesus	58.640.004	51.895.285
Receitas com Subvenção de Imobilizado	874.121	805.321
	<u>59.514.125</u>	<u>52.700.606</u>

As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 6.

## 21 Recursos com convênio Federal

	31/12/2020	31/12/2019
Hospital Municipal Infantil Menino Jesus - convênio Federal	<u>27.806.644</u>	<u>18.410.246</u>

Nessa rubrica são registradas as entradas de recursos referentes exclusivamente ao reembolso das despesas incorridas pelo Instituto com os atendimentos e procedimentos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS), apurado pelo seu custo, ou seja, reembolso de gastos nos mesmos montantes das despesas incorridas por conta e ordem do Proadi-SUS, com vigência para o triênio de 2018/2020, vide nota explicativa nº 6 e nota explicativa nº 13.

## 22 Receita com doações

	31/12/2020	31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú	8.953.883	2.373.618
Hospital Regional de Jundiá	2.751.543	525.838
Lucy Montoro Mogi Mirim	152.055	106.960
Amb. Médico de Especialidades AME Interlagos	161.541	-
Hospital Infantil Menino Jesus	1.850.144	1.193.885

## 31 de dezembro de 2020

Procedimentos realizados	31/12/2020	31/12/2019
Ultrassom Morfológico	741	301,60
Ultrassom obstétrico	1.116	167,56
	<u>1.857</u>	<u>410.483</u>

## 31 de dezembro de 2019

Procedimentos realizados	31/12/2019	31/12/2018
Ultrassom Morfológico	970	301,60
Ultrassom obstétrico	1.451	167,56
	<u>2.421</u>	<u>535.682</u>

## \* dados não auditados

(b) Vide nota explicativa nº 24, alínea "b" que apresenta a receita própria aplicável ao inciso I do art. 8º da Lei 12.101/2009.

## 24 Outras receitas

	31/12/2020	31/12/2019
Parcerias com instituições privadas (a)	479.684	522.200
Receitas de residências médicas	<u>726.876</u>	<u>1.438.441</u>
Total de Receitas Próprias (b)	<u>1.206.560</u>	<u>1.960.641</u>
Receitas de locações de espaços	117.572	200.165
Repassse mantenedora	5.400.000	4.367.709
	<u>5.517.572</u>	<u>4.567.874</u>
	<u>6.724.132</u>	<u>6.528.515</u>

(a) Parcerias com instituições privadas, no Hospital Menino Jesus com o programa Smile Train que possibilita que a cirurgia reparadora de fissura labio-palatina e o tratamento multidisciplinar sejam oferecidos gratuitamente para crianças. A partir de 2019 o Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês deu início ao Projeto Fundação Lia Maria Aguiar, que consiste em consultoria para implantação de unidade ambulatorial a ser construída no município de Campos do Jordão. (b) Em atendimento ao disposto na alínea "a" do inciso VIII do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, abaixo descrevemos a base da receita própria que servirá de base para aplicar o inciso I do art. 8º da Lei 12.101/2009 em gratuidade na área da saúde.

	31/12/2020	31/12/2019
Total de Receitas Próprias	<u>1.206.558</u>	<u>1.960.641</u>
(20%) Conforme inciso I do art. 8º da Lei 12.101/2009	<u>241.312</u>	<u>392.128</u>

Vide nota explicativa nº 23 quanto aos gastos incorridos com gratuidade que comprovam que o Instituto reverteu em gratuidade montantes superiores a 20%, conforme previsão legal.

## 25 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	(162.146.101)	(163.071.145)
Serviços médicos	(65.693.763)	(65.010.290)
Medicamentos e materiais	(33.935.625)	(26.116.658)
Nutrição	(9.904.515)	(8.523.365)
Higiene e limpeza	(8.907.037)	(8.413.737)
Materiais de consumo	(7.704.884)	(7.636.953)
Lavadeira e rouparia	(2.999.227)	(2.752.497)
Segurança e vigilância	<u>(2.429.140)</u>	<u>(3.034.142)</u>
	<u>(293.720.292)</u>	<u>(284.558.787)</u>

## 26 Utilidade pública

	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica (a)	(3.200.260)	(3.415.006)
Água (a)	(2.378.998)	(2.732.370)
Telecomunicações	(964.334)	(1.002.905)
Gás natural	(595.886)	(564.041)
Combustíveis e lubrificantes	<u>(23.548)</u>	<u>(17.826)</u>
	<u>(7.163.026)</u>	<u>(7.732.148)</u>

(a) O Instituto, por meio de suas filiais Hospital Regional de Jundiá e Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim, recebeu isenções nas tarifas de água e esgoto e nas despesas de água e energia elétrica no montante de R\$ 651.955 (R\$ 401.466 em 2019). As isenções foram revertidas em doações concedidas pela DAE S/A Água e Esgoto de Jundiá e Prefeitura de Mogi Mirim às respectivas unidades.

## 27 Serviços profissionais

	31/12/2020	31/12/2019
Manutenção e conservação	(2.651.105)	(3.283.596)
Suporte em infraestrutura de TI	(5.543.117)	(3.537.071)
Serviços diversos - pessoas jurídicas	<u>(1.635.366)</u>	<u>(1.705.743)</u>

## 31/12/2020

## Passivos financeiros não derivativos

Fornecedores	-	-
Outras Contas a Pagar	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 31/12/2019

## Passivos financeiros não derivativos

Fornecedores	-	-
Outras Contas a Pagar	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.633.416	1.290.081
Recursos financeiros vinculados a projetos	5	28.299.688	11.474.143
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	1.727.866	1.196.816
Créditos diversos	8	<u>1.397.315</u>	<u>703.000</u>
		<u>35.058.285</u>	<u>14.664.040</u>

**Instrumentos financeiros "Não derivativos"** - Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação

Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês

	108.336	-
	<u>13.977.502</u>	<u>4.200.301</u>

O Instituto, no decorrer de 2020, recebeu doações de recursos financeiros e materiais, excepcionalmente para assegurar a realização da prestação de serviços que teve maior incidência devido ao Covid-19 nas unidades sob sua administração. Ocorreram também outras doações, com destinações diversas que foram apropriadas conforme direcionamento. Dessas doações, o montante de R\$ 2.190.740 foram recebidos em Respiradores Pulmonares e equipamentos diversos, sendo R\$ 761.656 direcionados ao Hospital Regional de Jundiá e R\$ 1.429.084 ao Hospital Geral do Grajaú

## 23 Receitas e despesas com gratuidades

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com gratuidades recebidas	<u>410.483</u>	<u>535.682</u>
Despesas com gratuidades concedidas	<u>(410.483)</u>	<u>(535.682)</u>

O Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês celebrou com a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Termo de Parceria nº 002/2014, T.A. nº 004/2018, Processo Administrativo nº 2014-0.198.343-6, para oferta em sede própria de 250 exames de USG Morfológica/mês para pacientes do SUS segundo diretrizes e agendamento da Secretaria Municipal de Saúde. Em atendimento ao disposto na alínea "b" do inciso VIII do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017 e alíneas "l" e "m" do item 27 da ITG 2002 (R1), segue abaixo demonstrativos das despesas incorridas para realização da gratuidade na área da saúde. 2002 (R1), segue abaixo demonstrativos das despesas incorridas para realização da gratuidade na área da saúde.

	31/12/2020	31/12/2019
Total das despesas com gratuidade em 31/12/2020	223.486	-
(20%) da receita conforme art. 8º da Lei 12.101/2009 (a)	-	-
Total aplicado acima dos (20%)	<u>223.486</u>	<u>0</u>

	31/12/2020	31/12/2019
Total das despesas com gratuidade em 31/12/2019	292.552	-
(20%) da receita conforme inciso I art. 8º da Lei 12.101/2009 (a)	-	-
Total aplicado acima dos (20%)	<u>292.552</u>	<u>0</u>

\* Qtd de exames realizados

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês			
	2020	2019	Classificação
<b>Ativos</b>			
Caixa e bancos	7.397	6.178	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras	3.626.019	1.283.903	Custo amortizado
Recursos financeiros vinculados à projetos - caixa e bancos	11.974	156.282	Valor justo por meio do resultado
Recursos financeiros vinculados à projetos	- 28.287.714	11.317.861	Custo amortizado
aplicações financeiras			
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	1.727.866	1.196.816	Custo amortizado
Créditos diversos	1.397.315	703.000	Custo amortizado
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	13.292.112	14.130.750	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar	-	23.287	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar - partes relacionadas	- 20.941.419	20.941.419	Outros passivos financeiros

**31 Impostos e contribuições - Imposto de renda e contribuição social-** Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS** - Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN)** - O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2021-000756/CR02, Prefeitura de Jundiá através do processo administrativo nº 1.450-2/2020-1, e Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, mediante requerimento nº15.481/20018, para o exercício de 2020. **Renúncia fiscal** - Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2020 e de 2019. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza) • COFINS (Contribuição

	31/12/2020	31/12/2019
Receita dos contratos de gestão - Estadual	244.932.061	236.199.473
Receita dos contratos de gestão - Municipal	59.514.125	52.700.606
Receita dos contratos de gestão	<b>304.446.186</b>	<b>288.900.079</b>
ISS 2%	6.088.924	5.778.002
PIS 0,65%	1.978.900	1.877.851
COFINS 3%	9.133.386	8.667.002
<b>ISS; PIS; COFINS (estimativa)</b>	<b>17.201.210</b>	<b>16.322.855</b>
Deficit (superávit) do exercício	22.784.670	(2.280.798)
<b>IRPJ e CSLL 34% (estimativa)</b>	<b>7.746.788</b>	-
Receita com doações	14.051.084	4.200.301
<b>ITCMD (4%) (estimativa)</b>	<b>562.043</b>	<b>168.012</b>
<b>Total das estimativas e principais renúncias</b>	<b>25.510.041</b>	<b>16.490.867</b>
Abaixo informamos o calculo estimado, considerando apenas os recursos próprios da matriz, que servem de base prestação de serviço em saúde, para atendimento ao disposto na alínea A do inciso VIII do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017 e em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir:		
<b>(20%) Conforme inciso I do art. 8º da Lei 12.101/2009</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Receitas próprias</b>	<b>1.206.558</b>	<b>1.960.641</b>
Receita dos contratos de gestão	1.206.558	1.960.641
ISS 2%	24.131	39.213
PIS 0,65%	7.843	12.744
COFINS 3%	36.197	58.819
	<b>68.171</b>	<b>110.776</b>
<b>Deficit (superávit) do exercício</b>	<b>2.222.158</b>	<b>(55.282)</b>
IRPJ e CSLL 34%	755.534	-
<b>Total das estimativas e principais renúncias</b>	<b>828.038</b>	<b>110.776</b>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Maria Angela Atallah</b> Presidente do conselho de administração do Instituto		
<b>Carolina Lastra</b> Diretora Executiva		
<b>Cláudio Augusto Generoso</b> Gerente Financeiro e Contábil		
<b>Rildo Ancigan de Siqueira</b> Contador - CRC 1PE020957/O-0 'T' SP		

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**ênfase - Reequilíbrio econômico incluindo o contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde** - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras, que indica que apesar do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nessa data, o Instituto possuía passivo circulante excedente ao ativo circulante em R\$ 2.078.911

e patrimônio líquido negativo em R\$ 31.477.130. O Instituto vem buscando alternativas para o reequilíbrio financeiro em iniciativas junto a Secretaria Estadual da Saúde bem como avaliações de outras fontes de geração de receita. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respos-

**32 Isenção de INSS cota patronal** - Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP). O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve: Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto de 2019, seção 1, página 75. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2020 e 2019 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	162.146.102	163.071.145
<b>Total da estimativa de isenção (Consolidado)</b>	<b>44.038.881</b>	<b>44.290.123</b>
<b>INSS cota patronal (27,16%)</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
	11.385.806	11.325.546
Pessoal e encargos		
<b>Total da estimativa de isenção (Somente Matriz) INSS cota patronal (27,16%)</b>	<b>3.092.385</b>	<b>3.076.018</b>

ta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021  
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6  
Marcos A Boscolo - Contador CRC 1SP198789/O-0

**Vereda Educação S.A.**  
CNPJ: 26.193.756/0001-98

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)**

Ativo	Balanço Patrimonial		Passivo	Demonstração do Resultado	
	2020	2019		2020	2019
<b>Circulante</b>	<b>9.558.503</b>	<b>9.024.340</b>	<b>Circulante</b>	<b>5.052.789</b>	<b>6.598.398</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.366.995	7.679.492	Obrigações trabalhistas	406.106	1.034.926
Clientes	1.298.753	965.666	Obrigações tributárias	251.780	335.733
Adiantamento a fornecedores	777.417	83.247	Fornecedores a pagar	1.071.831	3.218.017
Tributos a compensar	116.718	106.396	Contas a pagar	1.036.881	-
Outros créditos	35.810	53.561	Adiantamento de clientes	1.475.722	874.943
Despesas pagas antecipadamente	962.811	135.978	Férias e encargos a pagar	810.469	1.134.778
			<b>Não circulante</b>	<b>73.682.373</b>	<b>40.578.903</b>
<b>Não circulante</b>	<b>73.808.966</b>	<b>24.616.895</b>	Débitos com partes relacionadas	29.875.149	40.578.903
Depósito judicial	1.284.291	84.031	Outros contas a pagar	43.807.224	-
Aluguéis a apropriar	43.807.224	-	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.632.306</b>	<b>(13.536.065)</b>
Imobilizado	27.495.188	23.547.278	Capital social	64.844.034	18.419.725
Intangível	1.222.26	985.587	Capital social a integralizar	(1.210.274)	(1.210.255)
			Reserva de capital	4.197.915	4.197.915
<b>Total do ativo</b>	<b>83.367.469</b>	<b>33.641.235</b>	Lucro e/ou prejuízos acumulados	(63.199.369)	(34.943.451)
			<b>Total do passivo</b>	<b>83.367.469</b>	<b>33.641.235</b>
			<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>		
	<b>Capital social nacional</b>	<b>Capital social a integralizar</b>	<b>Reserva de capital social</b>	<b>Lucros ou prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>18.419.725,36</b>	<b>(1.390.170,32)</b>	<b>4.197.914,61</b>	<b>(9.248.619,01)</b>	<b>11.978.850,64</b>
Subscrição de capital social	-	179.915,55	-	-	179.915,55
Lucro/(Prejuízo) do exercício	-	-	-	(25.694.831,50)	(25.694.831,50)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>18.419.725,36</b>	<b>(1.210.254,77)</b>	<b>4.197.914,61</b>	<b>(34.943.450,51)</b>	<b>(13.536.065,31)</b>
Subscrição de capital social	46.424.309,00	(19,25)	-	-	46.424.289,75
Lucro/(Prejuízo) do exercício	-	-	-	(28.255.918,05)	(28.255.918,05)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>64.844.034,36</b>	<b>(1.210.274,02)</b>	<b>4.197.914,61</b>	<b>(63.199.368,56)</b>	<b>4.632.306,39</b>
	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto</b>				
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	Aumento/(Redução) em Tributos a Compensar (10.322,32) 404.887,24		
<b>Total Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(28.739.442,53)</b>	<b>(25.640.816,02)</b>	Aumento/(Redução) em Outros Créditos (43.789.473,26) (31.801,56)		
<b>Itens que não afetam o Caixa Operacional</b>			Aumento/(Redução) em Despesas (826.832,87) (122.924,06)		
Depreciação e Amortização	4.828.946,14	1.090.814,17	Pagas Antecipadamente (1.200.260,40) (84.030,84)		
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	1.801.919,39	455.444,76	Aumento/(Redução) em Depósito Judicial (83.953,21) 127.974,10		
<b>Total de Itens que não afetam o Caixa Operacional</b>	<b>6.630.865,53</b>	<b>1.546.258,93</b>	Obrigações Trabalhistas (628.819,95) 583.548,80		
<b>Operacional Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias (2.146.186,37) 2.136.528,60		
Aumento/(Redução) em Clientes	(2.135.006,04)	(1.310.963,35)	Aumento/(Redução) em Fornecedores a Pagar 44.844.105,87 (11.537,94)		
Aumento/(Redução) em Adiantamento a Fornecedores	(694.169,37)	20.166,80			
	<b>Diretoria</b>		<b>Contador</b>		
	<b>Arthur Prandato Buzatto – Diretor Presidente</b>		<b>Ivo Pereira De Freitas Filho</b>		
	<b>Bruno Vieira Carvalho – Diretor Financeiro</b>		<b>(TC CRC: SP245569/O-8)</b>		